

# CARTA UNIFICADA EXIGE PROTAGONISMO DOS ATINGIDOS E ATINGIDAS

Elaborada durante o encontro de lideranças das 5 regiões, carta exige participação dos atingidos e atingidas na gestão dos R\$ 3 bilhões destinados ao Anexo I.1

Aleff Rodrigues

## REPARAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Vale nega consulta sobre o plano de recuperação

**pág. 05**

## POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

PCTs da Bacia do Paraopeba receberão nova Consulta Pública de priorização dos projetos do Anexo I.3

**pág. 09**

## DEVOLUTIVAS EM BRUMADINHO

Levantamento de danos socioambientais e de saúde é apresentado a comunidades da R1

**pág. 10**

## DIREITO À CULTURA, ESPORTE E LAZER

Saiba mais sobre os danos ao patrimônio Cultural

**pág. 11**

## O Processo participativo fortalece discussão do Sistema de Participação e Governança do Anexo I.1

Em março de 2021, a Aedas iniciou o diálogo com as pessoas atingidas sobre os anexos do Acordo Judicial homologado em fevereiro de 2021. Desde então, promovemos, junto aos Agentes Multiplicadores (um coletivo de lideranças comunitárias dedicadas à construção do anexo I.1), visitas domiciliares, espaços de debate e Intercâmbio Cultural. Com as comunidades atingidas, fizemos formações on-line e presenciais e Rodas de Diálogo para troca de experiências sobre governança popular. Em junho de 2022, aconteceu o Encontro de Atingidos e Atingidas da Bacia do Paraopeba e Lago de Três Marias.

Desde a homologação do acor-

“

**Juntos, atingidos e atingidas e suas Assessorias Técnicas Independentes vêm elaborando um Sistema de Participação e Governança do anexo I.1**

do, as pessoas atingidas constroem propostas para o anexo I.1, uma vez que, é previsto no texto do acordo, a participação informada desde a sua concepção, passando pela elaboração e execução, chegando à avaliação e acompanhamento dos projetos.

Juntos, atingidos e atingidas e suas Assessorias Técnicas Independentes vêm elaborando um Sistema de Participação e Governança do anexo I.1. Também, foi iniciado o processo de construção das diretrizes para os projetos comunitários e de crédito e microcrédito.

Esse processo participativo já dá seus frutos, com a consolidação de vários pontos da proposta popular de gestão dos R\$ 3 bilhões previstos no anexo I.1. Tudo isso está sendo detalhado e será apresentado para consideração das Instituições de Justiça, responsáveis pela definição da forma de gestão desses recursos.

Está prevista, ainda, para os próximos meses, uma Assembleia das pessoas atingidas da Bacia do Paraopeba e do Lago de Três Marias, na qual se pretende aprovar a proposta de Governança Popular do anexo I.1. Já o Estatuto do Sistema de Participação, será debatido em breve, em novas etapas com as comunidades atingidas.



Grupo de trabalho elabora carta durante o Encontro de Lideranças ocorrido nos dias 11 e 12 de junho de 2022

### Expediente

A Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (Aedas) foi criada em 2000 e pratica a defesa do ser humano e do meio ambiente. Em sua atuação de Assessoria Técnica Independente às pessoas atingidas na Região 1 (Brumadinho) e Região 2 (Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos e São Joaquim de Bicas) da Bacia do Paraopeba, a Aedas realiza dois trabalhos principais: execução de estudos e processos participativos nos quais as pessoas atingidas têm acesso à informação sobre o processo de reparação e podem discutir seus danos. Informar, levantar e discutir as propostas das pessoas atingidas sobre a melhor maneira de reparar os prejuízos sofridos, também construindo sínteses e documentos.

**Aedas - Coordenação Estadual:** Cauê Melo, Heiza Maria Dias, Jéssica Barbosa e Luis Henrique Shikasho | **Aedas Paraopeba - Coordenação Geral de Projeto:** Ísis Táboas e Luiz Ribas | **Coordenação Territorial:** Iasmim Vieira e Vanderlei Martini | **Coordenação de Comunicação:** Diva Braga e Elaine Bezerra.

**Equipe de Comunicação:** Aleff Rodrigues, Jaqueline dos Santos, Lucas Jerônimo, Rafael Donizete, Rurian Valentino, Valmir Macêdo, Wagner Túlio Paulino.

Este material foi elaborado com contribuições de todos integrantes da equipe técnica multidisciplinar nas Regiões 1 e 2 de atuação da Aedas Tiragem: 8 mil exemplares

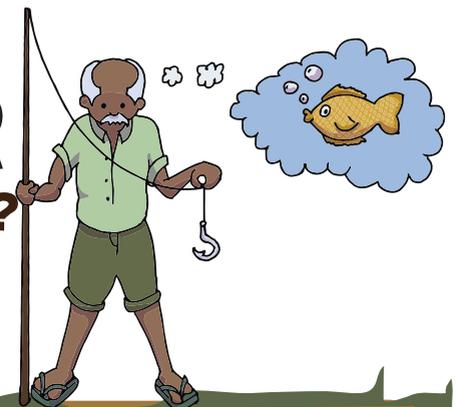
[www.aedasmg.org/paraopeba](http://www.aedasmg.org/paraopeba)  
CNPJ: 03.597.850/0001-07

WhatsApp Aedas Paraopeba  
Brumadinho - Região 1  
Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos,  
São Joaquim de Bicas - Região 2

[www.aedasmg.org](http://www.aedasmg.org)  
(31) 9 9840-1487  
atingidosparaopeba1@aedasmg.org  
atingidosparaopeba2@aedasmg.org

 **Aedas**

**29 JUN DIA DO PESCADOR E A REPARAÇÃO QUE NÃO CHEGOU?**



# VOZES DA GENTE

As vozes dos territórios são plurais e juntas ecoam a luta pela reparação integral. O Vozes da Gente desta edição traz falas sobre o Encontro de Lideranças Atingidas da Bacia do Paraopeba e Lago de Três Marias, sobre a etapa de devolutivas dos resultados das análises socioambientais em Brumadinho e sobre a necessidade de um outro modelo de mineração no país.

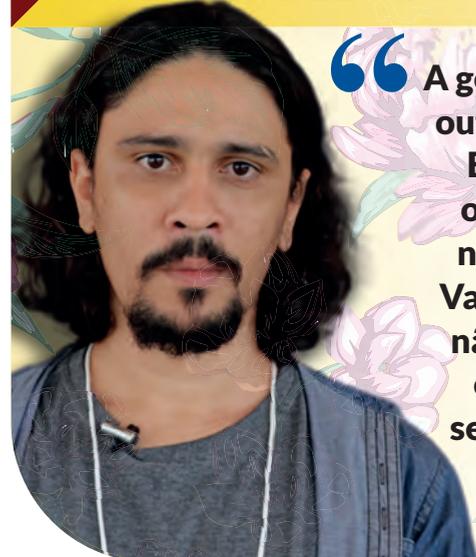
### TROCA DE EXPERIÊNCIAS



“ Este é um momento crucial para a construção de toda mobilização que a gente faz e precisa. E é bom também para conhecer o restante da bacia, os outros municípios quais a gente nem sabia que estava dentro do leito do rio.

THALITA GOMES, atingida de Brumadinho

### NOVO MODELO DE MINERAÇÃO



“ A gente tem que construir um outro modelo de mineração. Esse modelo que causou o crime da Samarco/BHP na Bacia do Rio Doce e da Vale na Bacia do Paraopeba não nos cabe mais, porque ele não foi construído a serviço do povo brasileiro.

MARCELO BARBOSA, militante do MAM

### LUTA COLETIVA



“ Na luta coletiva, a gente aprende que estamos sofrendo os mesmos danos e as mesmas violações de direitos. Quando a gente se reúne assim, a gente sabe que todos estão no mesmo barco e buscam a mesma saída.

TATIANE RODRIGUES, atingida de São Joaquim de Bicas e militante do MAB

### RISCO À SAÚDE HUMANA

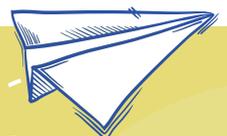


“ A gente vem para essas reuniões receber resultados porque a gente fica preocupada com o que pode ser prejudicial a nossa saúde. É na reunião que a gente consegue pensar o que fazer e a quem exigir uma solução.

JOZIANE RANDT, atingida de Toca de Cima.

Participe do Vozes da Gente. Envie sua mensagem para as redes sociais da Aedas ou peça para a equipe de Mobilização que acompanha a sua comunidade.

[aedasmg.org](http://aedasmg.org) | @aedasmg



# Sugestões e solicitações de atingidas e atingidos sobre o PTR são enviadas ao Comitê de Compromitentes

Rurian Valentino/Aedas



Atingidas e atingidos no atendimento presencial do PTR

## RESPOSTAS. Documento foi entregue no último dia 21 e traz questões que ainda precisam ser respondidas pelos comprometentes

Lucas Jerônimo

A Aedas, em conjunto com o Instituto Guaicuy e Nacab, Assessorias Técnicas Independentes da Bacia do Paraopeba e Lago de Três Marias encaminhou, no dia 21 de junho, um documento com solicitações e sugestões de atingidas e atingidos referentes ao Programa de Transferência de Renda (PTR), de responsabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGV)

ao Comitê de Compromitentes – Governo de Minas, Defensoria Pública Estadual, Ministério Público Estadual e Federal).

Este é um dos documentos solicitados pelo Comitê de Compromitentes às ATIs e tem como principal objetivo melhorar o atendimento das pessoas durante o processo de cadastramento e recadastramento do PTR. Além dos comprometentes, receberam este material a FGV e a Secretaria Executiva do Acordo.

O levantamento das questões apresentadas foi feito a partir de relatórios construídos pela equipe de mobilização da Aedas no diálogo junto às comunidades e, posteriormente, reunidas aos dados colhidos pelas equipes das outras assessorias que atuam na Bacia do Paraopeba e Lago de Três Marias.

Entre as várias questões que ainda necessitam uma resposta por parte dos comprometentes, estão:

- **O novo critério territorial** adotado para o PTR (poligonais) como a validação destas e

a delimitação de território;

- **Organização, regularidade e devida comunicação do cronograma de atendimento;**

- **Documentação necessária** para entrar no programa;

- **Agilidade** na regularização do pagamento de valores passados ainda não recebidos, o passivo;

- **Respeito** às questões específicas, formas de comprovação da residência para atender ao critério da territorialidade e abalo de renda dos PCTs e PCTRAMAS;

- **Melhoria no processo de**

**comunicação** com as atingidas e atingidos, como o funcionamento e ampliação dos canais de diálogo disponíveis.

Além dos atingidos e atingidas que tiveram o benefício negado ao fazer a inscrição e de quem começou a receber e depois foi bloqueado, as pessoas que nunca fizeram solicitação de entrada no Programa de Transferência de Renda (PTR) agora poderão fazer.

Datas e locais podem sofrer alterações e serão confirmadas por meio de boletins nos grupos de GAA.

## CALENDÁRIO JULHO

02 e 3/07	Acampamento Pátria Livre
04/07	Betim/Citrolândia e Mário Campos
05/07	São Joaquim de Bicas e Juatuba-Francelinos Brejo-Igarapé e Betim-Citrolândia
07/07	Betim-Citrolândia
08/07	Juatuba-Satélite e Juatuba-Francelinos
09 e 10 /07	Monte Calvário
10 e 11	Igarapé-Santa Ana e Igarapé-Brejo
14/07	Bicas e Mário Campos
15/07	Betim-Citrolândia e Betim-Citrolândia
16/07	Assentamento 2 de Julho
18/07	Betim-Citrolândia
19/07	Juatuba-Francelinos e Betim-Citrolândia
20/07	Igarapé-Brejo Zona Rural de Brumadinho
21/07	Comunidade Quilombola de Brumadinho e Mário Campos
22/07	Bicas e Igarapé-Santa Ana Comunidade Quilombola de Brumadinho
24/07	Monte Calvário e Betim-Citrolândia
25/07	Juatuba-Francelinos e Betim-Citrolândia
26/07	Mário Campos e Acampamento Pátria Livre
28/07	Igarapé-Brejo, Igarapé-Santa Ana, Juatuba Francelinos, Juatuba-Satélite
29 e 30/07	Betim-Citrolândia e Citrolândia Palhano
<b>TODOS OS DIAS</b>	<b>SEDE FIXA DE BRUMADINHO</b>

# Vale nega consulta sobre o Plano de Recuperação Socioambiental

Ruriano Valentin/Aedas

**DIÁLOGO. ATIs assumiram diálogo com famílias atingidas para informar sobre o documento**

Rafael Donizete

Um dos principais questionamentos das comunidades atingidas desde o rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho, é a preocupação sobre os impactos causados ao meio ambiente na Bacia do Paraopeba. Por isso, o Acordo Judicial homologado em 2021 obriga a mineradora Vale a elaborar um documento que responda a essas questões. Esse documento é o Plano de Recuperação Socioambiental (PRSA).

O Anexo II do Acordo determina que a Vale gaste o valor mínimo de R\$ 5 bilhões com a



Recuperação socioambiental também está ligada a atividades econômicas e sociais.

reparação socioambiental da Bacia do Rio Paraopeba. O plano, ainda em elaboração, será o instrumento que definirá como e onde esse dinheiro será gasto. O documento precisa apresentar quais as medidas e ações deverão ser adotadas pela Vale para a recuperação do meio ambiente, como: a remoção da lama e descontaminação da água do rio, o retorno dos peixes, a recuperação das áreas degradadas, entre outras.

## SEM PARTICIPAÇÃO DOS ATINGIDOS

Excluindo o envolvimento das Assessorias Técnicas Independentes (ATI) e negando consultar as próprias pessoas atingidas, a mineradora Vale contratou uma empresa holandesa, a Arcadis, para elaborar o plano. O plano elaborado deve ser custeado pela Vale e precisa passar por uma auditoria, antes

da aprovação final do governo de MG e das Instituições de Justiça (IJs).

Demetrius Silva, coordenador da equipe Socioambiental da Aedas que atua na região 2, explicou que, assim como as demais ATIs que atuam na bacia, a Aedas tem se esforçado numa análise crítica do documento elaborado pela Arcadis.

"Só a partir de abril de 2022, quando recebemos um pedido das IJs para apresentar um relatório técnico sobre a percepção das pessoas atingidas sobre plano, que a Aedas conseguiu ter mais disponibilidade de tempo e possibilidade de organização da equipe para se debruçar sobre os estudos", contou Demetrius.

## AEDAS INICIA DIÁLOGO SOBRE O PLANO

Respondendo à solicitação das IJs, a partir de um relatório

técnico das ATIs, a Aedas iniciou, neste mês de junho, um diálogo com as lideranças comunitárias para repassar as informações e orientações necessárias e recolher sugestões e a percepção das pessoas atingidas a respeito do Plano.

A expectativa é que, além das reuniões com as comissões de atingidos e atingidas, a Aedas realize também uma série de formações para aprofundar o conhecimento da população sobre o tema. Ao fim, as Assessorias Técnicas Independentes (ATIs) encaminharão às IJs um relatório construído coletivamente sobre o plano.

O Plano de Recuperação Socioambiental ainda não tem nenhuma previsão para ser executado. Apenas algumas ações foram e estão sendo executadas em caráter emergencial, como o Manejo de Rejeitos no ribeirão Ferro-Carvão.



**O documento precisa apresentar quais as medidas e ações deverão ser adotadas pela Vale para a recuperação do meio ambiente**

# O recurso é nosso: atingidos lançam carta e exigem protagonismo nas decisões de gestão dos R\$ 3 bi do Anexo I.1



Aleff Rodrigues

Atingidos e atingidas encerram encontro com aprovação de carta aberta

## PARTICIPAÇÃO. Para ajudar no processo de participação, está sendo construído um Plano Participativo para Projetos e para Crédito e Microcrédito

Valmir Macêdo

Atingidos de Brumadinho e de outros 25 municípios afetados pelo rompimento da barragem da Vale S.A lançaram uma carta aberta exigindo mais protagonismo nas decisões de gestão do Anexo I.1. O anexo faz parte do acordo firmado em 2021 entre Vale, Governo

de Minas e Instituições de Justiça, e prevê R\$ 3 bilhões para projetos de demandas das comunidades.

O documento também aponta para a criação de um Sistema de Participação que fortaleça as decisões e a fiscalização da população atingida nas medidas de reparação. A carta foi lançada no dia 12 de junho, após Encontro de Atingidos e Atingidas da Bacia do Paraopeba e Lago de Três Marias, que reuniu mais de 150 atingidos de várias regiões e reforçou cobranças por participação no processo de reparação.

“Em síntese, essa carta é uma mensagem a toda a sociedade mineira e do Brasil e internacional, dos debates que vêm sendo construídos nos territórios, com mais de 2 mil pessoas debatendo os temas em torno do Anexo I.1 e de um possível Sistema de Participação que garanta uma participação informada, efetiva e deliberativa de todas as pessoas

atingidas no acordo judicial e na reparação integral”, explica Juliana Funari, da coordenação de Áreas Temáticas da Aedas.

A carta traz algumas pautas centrais, afirmando que o recurso é das pessoas atingidas. Nela, também é evidenciada a necessidade de apoio das Instituições de Justiça para que os direitos que estão no

“  
A carta traz algumas pautas centrais, afirmando que o recurso é das pessoas atingidas

acordo sejam de fato efetivados.

Tatiana Rodrigues, de São Joaquim de Bicas, comentou sobre a importância de se respeitar a Carta Aberta enquanto uma voz coletiva dos atingidos da bacia.

“Eu espero que tenha pelo menos um mínimo de respeito. Que ela possa ser ouvida e direcionada a todos os atingidos, não só os que vieram aqui, todos precisam saber. Claramente não ficar só no papel. Ela tem que sair do papel e ser resistente para que a gente consiga os nossos direitos”, afirmou.

### Planejar para participar

Para ajudar nesse processo de participação nos R\$ 3 bilhões do Anexo I.1, está sendo construído um Plano Participativo que vai apontar etapas de planejamento, entre os atingidos de Brumadinho

“  
Não podemos esquecer que houve derramamento de sangue de 272 vidas de uma forma cruel e brutal

e dos demais 25 municípios afetados pelo rompimento.

“A ideia do Plano (Participativo) é ser um guia. Ele vai conter temas, grandes temas, ligados aos danos que a população atingida sofreu e vamos usá-los para orientar o processo de desenvolvimento do que a gente chama de crédito e microcrédito, do que chamamos de gestão popular”, explica Ísis Táboas, coordenadora geral de projeto da Aedas em Brumadinho.

O Anexo I.1 do acordo também é chamado de Projetos Demandas das Comunidades. Esse anexo tem sido considerado uma conquista da luta coletiva das pessoas atingidas, pois é a única parte do Acordo que prevê a participação das comunidades em todas as fases do processo.

O Plano Participativo ainda não foi fechado. Sua construção vai se dar ao longo da discussão que envolve o Anexo I.1. Janderson Santos, coordenador na Aedas, falou sobre a relação entre o

Plano Participativo e os projetos de demandas das comunidades.

“O Plano Participativo tem uma relação direta, tanto com os projetos das comunidades, como projetos que estão voltados para crédito e microcrédito. Então, a resolução final que saiu da carta, a ideia foi trazer apontamentos nesse sentido, para que o plano seja construído de fato pela população atingida em conjunto com as ATIs, que tem o papel de assessorar toda a população atingida”.

### Carta exige punição da Vale

A Carta Aberta dos atingidos e atingidas se solidariza com as famílias e amigos de todas as 272 vítimas fatais do rompimento. “Exigimos a punição efetiva da Vale S/A, da Tüv Süd e de todas as empresas e pessoas que colocaram e colocam o lucro acima da vida”, aponta o documento.

Na abertura do Encontro, Josiane Melo, da Avabrum (Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos pelo Rompimento da Barragem Mina Córrego do Feijão), reforçou a cobrança por justiça.

“Não podemos esquecer que tudo isso está acontecendo porque a Vale escolheu a produção, o lucro e deixou os trabalhadores, a comunidade, os turistas, frente a uma bomba-relógio que poderia estourar a qualquer minuto. Não podemos esquecer que houve derramamento de sangue de 272 vidas de uma forma cruel e brutal. Esse acordo que tanto se discute, em tantas reuniões, só existe porque essas vidas foram ceifadas”.

### Plano Participativo para Projetos e para Crédito e Microcrédito

Algumas afirmações feitas pelas pessoas atingidas que têm sido registradas:

- É necessário que o recurso seja usado como forma de reparar os danos coletivos e difusos
- É importante que o Plano Participativo de Reparação e Desenvolvimento do Anexo I.1 seja aplicado, garantindo a construção e participação nos projetos de demandas das comunidades.
- As pessoas atingidas querem escolher a entidade gestora.
- Para a escolha da entidade gestora é necessário: 1) formulação de um edital com regras definidas de forma participativa; 2) escolha feita pelas próprias pessoas atingidas; 3) instituições sem fins lucrativos e com experiência de trabalho na região mineira e sem qualquer ligação com a empresa Vale, entre outros critérios;
- Para o crédito e microcrédito, devem ser previstos mecanismo de facilitação com foco no não endividamento, de créditos solidários e de assessoria no acesso ao crédito (agentes de crédito e outras formas de orientação adequada, taxas de juros subsidiadas, prazos de pagamentos longos, etc.).
- O rendimento dos recursos parados deve ser utilizado em benefício das próprias pessoas atingidas e segundo decisão participativa.

# Por um Rio Doce vivo, justo e sem fome: acampamento unifica luta de atingidos/as

Diva Braga/Aedas

**LUTA.** A Atividade durou dois dias e firmou agenda de discussão das pautas apresentadas pelos atingidos das Bacias do Rio Doce e Paraopeba

Diva Braga

Após quase 7 anos do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana-MG, e quase 4 anos do rompimento da barragem do Córrego do Feijão em Brumadinho; atingidos e atingidas da Bacia do Rio Doce, Bacia do Paraopeba e Lago de Três Marias se uniram em acampamento no dia 22 de junho.

Acampados na porta da 12ª Vara Federal de Belo Horizonte, atingidos/as denunciaram o

“

**Estamos ocupando a capital do estado para fazer a denúncia desses quase sete anos do crime da Vale em Mariana e quase quatro anos em Brumadinho**



Atingidos acampam porta da 12ª Vara Federal de Belo Horizonte

avanço do processo de repactuação do acordo do Vale do Rio Doce, que tem se dado sem a participação das pessoas atingidas, vítimas do rompimento e da impunidade.

Nos dois dias de acampamento, foi construída uma agenda de debates, reuniões e atos para reivindicar mais uma vez o direito ao protagonismo e a participação nos processos de decisão que envolvam o presente e o futuro dos atingidos e das atingidas.

## ACORDO SEM A PARTICIPAÇÃO DOS ATINGIDOS/AS?

“Estamos ocupando a capital do estado para fazer a denúncia desses quase sete anos do crime

Diva Braga/Aedas



da Vale em Mariana e quase quatro anos em Brumadinho, da reparação que não foi feita, da situação que os atingidos estão vivendo, da injustiça, da não punição das empresas e também para reivindicar os seus direitos frente ao possível acordo que está sendo organizado para a Bacia do Rio Doce, essa repactuação, que os atingidos querem participar desse processo, não é possível esse acordo sem a participação dos atingidos”, afirmou Letícia Oliveira, do Movimento dos Atingidos por Barragens, durante o acampamento.

## REINVINDICAÇÕES AO STF

Na ocasião, foi apresentado ao Ministro e Presidente do Supremo Tribunal Federal do Brasil, Luiz Fux, um conjunto de reivindicações que consideram essenciais para a chamada “Repactuação” no Rio Doce. Dentre as reivindicações estão:

**Rio Doce Sem Fome:** trata-se de um programa de transferência de renda, em

substituição ao AFE – Auxílio Financeiro Emergencial, onde se objetiva que sejam reservados recursos para promoção e reestruturação da renda.

**Fundo Popular:** destinado a projetos coletivos para as comunidades atingidas que têm como objetivo a reparação coletiva.

**Fundo Social:** que no âmbito da indenização dos Estados seja criado um fundo social para aplicação em políticas públicas nas áreas sociais de maior relevância, definidas com participação popular.

**Saúde:** criação de um programa na área da saúde que garanta o diagnóstico, monitoramento, prevenção e atendimento da população atingida pelos diversos danos à saúde, física e psíquica.

**Indenização individual justa:** que sejam anulados os termos de quitação impostos pelo programa NOVEL e criado um programa de indenização individual que garanta a reparação integral dos danos, através da construção de matriz de danos a serem feitas pelas assessorias técnicas independentes.

**Rio Doce Vivo:** que seja garantida a descontaminação e a revitalização de todas as regiões contaminadas pela lama tóxica, garantido a criação de programas de revitalização da bacia com participação popular e com previsão de recursos sem valor teto, até a plena reparação ambiental.

# Comunidades e Povos Tradicionais da Bacia do Paraopeba receberão nova Consulta Pública de priorização dos projetos do Anexo 1.3

Diego Germano

**ANEXO 1.3. Nova Consulta Pública tem início a partir do dia 27 de junho e é fruto da luta dos Povos e Comunidades Tradicionais**

Jaqueline Santos

Está aberta a nova etapa de Consulta Pública de priorização de projetos do anexo 1.3 para os Povos e Comunidades Tradicionais de toda Bacia do Paraopeba. Esse processo será iniciado no dia 27 de junho atendendo a uma minuta elaborada pelo PCTRAMA e entregue aos compromitentes. Na minuta, o PCTRAMA sinalizou o seu descontentamento por não terem participado, de maneira plena, do primeiro processo de votação, o que desrespeita os direitos dos Povos



**Toda UTT (Unidade Territorial Tradicional) que se autodeclare enquanto Povos e Comunidades Tradicionais poderão participar**



Reunião da comissão do protocolo de consulta dos Povos e Comunidades de Tradição Religiosa Ancestral de Matriz Africana

e Comunidades Tradicionais e impede uma participação efetiva neste processo.

A consulta vai acontecer nas duas regiões (R1 e R2), cada uma respeitando as dinâmicas de seus respectivos territórios. Na R2 a consulta será realizada junto aos PCTRAMA que poderão priorizar até 5 Temas, 15 Subtemas e 15 projetos. Toda UTT (Unidade Territorial Tradicional) que se autodeclare enquanto Povos e Comunidades Tradicionais poderão participar. A AEDAS está realizando o processo de mobilização com os PCTs afim de tirar dúvidas, dialogar e viabilizar a consulta.

Já na R1, as comunidades quilombolas construíram diversas medidas prioritárias para as comunidades de Sapé, Marinhos, Ribeirão e Rodrigues, que resultaram em 23 projetos encaminhados para a consulta popular no ano passado. Essa nova



**Esperamos que, nessa nova etapa da consulta, os Povos e Comunidades Tradicionais sejam reconhecidos enquanto atingidos que tem direito de reparação e que possam ter seus projetos viabilizado**

consulta popular tem um formato parecido com a anterior, onde as pessoas votarão em 5 temas, 15 subtemas e 15 projetos.

A mobilizadora da equipe de PCTs na R2, Adriana Mendes, contou um pouco da expectativa nesse

processo de consulta popular. “Esperamos que, nessa nova etapa da consulta, os Povos e Comunidades Tradicionais sejam reconhecidos enquanto atingidos que tem direito de reparação e que possam ter seus projetos viabilizados”, enfatizou.

Essa nova etapa da consulta é resultado da luta dos Povos e Comunidades Tradicionais em parceria com as Assessorias Técnicas na construção da reparação de danos que considerem as especificidades desses povos, respeitando seus modos de vida, ritos, cultura e organização.

**ACOMPANHE OS PROJETOS EM EXECUÇÃO**

FGV lança site com informações sobre projetos dos Anexos 1.3 e 1.4.

[projektorioparaopeba.fgv.br](http://projektorioparaopeba.fgv.br)

# Levantamento de danos socioambientais e de saúde é apresentado a comunidades de Brumadinho

Rurian Valentino/Aedas

**DEVOLUTIVAS**  
Estudos foram entregues em etapas individuais e comunitárias; fase pública ainda será feita.

Valmir Macêdo

As devolutivas dos resultados do estudo para levantamento de danos Socioambientais e na Saúde, realizadas pela Aedas, continuam em Brumadinho. Dezenas de pessoas participaram das etapas de entregas individuais (mais de 140) e comunitárias (99, até o momento). Participaram das etapas das devolutivas, membros de comissões, comitês, associações, lideranças e moradores/as da sede de Brumadinho, Zona Quente, região de Ponte das Almorreimas, região de Casa Branca, quilombos e de diversas comunidades que compõem os distritos de Conceição do Itaguá, São José do Paraopeba, Aranha e Piedade Paraopeba. As coletas analisadas incluem amostras de ar, água de consumo humano, água subterrânea, peixes, rejeito, sedimento, poeira intradomiciliar e solos. Foram 312 amostras coletadas em 284 pontos de coleta. Marco Antônio, integrante da Comissão pela Água dos Moradores do Tejuco, em Brumadinho, aponta que a questão do meio ambiente saudável e equilibrado



Atingidos e atingidas participam das devolutivas comunitárias na R1

“As comunidades precisam e têm o direito de conhecer os impactos desses danos para que a gente possa se organizar e possa reivindicar o direito à reparação

é fundamental. Ele destaca a importância das pessoas atingidas terem acesso a estudos independentes, contratados pela assessoria técnica. “Nós precisamos, e temos esse direito, de ter um suporte técnico

para que a gente reduza essa assimetria. Estamos enfrentando uma grande mineradora, um grande sistema de mineração que é muito poderoso. As comunidades precisam e têm o direito de conhecer os impactos desses danos para que a gente possa se organizar e possa reivindicar o direito à reparação”. Para o representante da comissão, a assessoria pode melhorar trazendo às pessoas atingidas, cada vez mais, esses levantamentos em linguagem acessível.

Rurian Valentino/Aedas



## COBRANÇA DA POPULAÇÃO

“Desde que chegamos para atuar no território, as pessoas atingidas cobram pela realização desses estudos. O território é alvo de muitas pesquisas, mas a população sente falta de um levantamento próprio que aponte um retorno de informações para as comunidades. É o que temos feito nessas devolutivas: devolver esses resultados em diálogo com as comunidades”, explicou Nara Malta, coordenadora de Mobilização na Aedas.

## DADOS SENSÍVEIS E COMUNICAÇÃO DE RISCO

Por se tratar de uma região de rompimento de barragem com rejeitos de mineração, o processo das devolutivas requer um extenso diálogo com as comunidades envolvidas no levantamento. “A Aedas tem feito um esforço muito grande e um diálogo com universidades e pesquisadores para passar essas informações sem gerar novos danos às pessoas atingidas. Por isso, optamos por visitas domiciliares e reuniões comunitárias”, reforçou Nara.

## OFÍCIO ENVIADO ÀS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA

Um ofício com o resultado dos estudos foi enviado às Instituições de Justiça. O diálogo sobre os resultados também será feito com o poder público, como prefeituras e secretarias.

# Você sabia que o direito à cultura, esporte e lazer é previsto na lei?

## MEMÓRIA E VIDA. Atividades estão ligadas à qualidade de vida da população e à memória de seus territórios

Valmir Macêdo

A cultura, o patrimônio cultural, o esporte, o turismo e o lazer foram afetados após o rompimento e, também, precisam estar no foco das medidas de reparação. Antes do rompimento, leis nacionais já previam que esses direitos precisavam ser respeitados.

Essas atividades são importantes para a qualidade de vida das pessoas e não podem ser deixadas de lado na hora da formulação de medidas reparativas.

Por sua vez, essas medidas devem respeitar o modo de vida das pessoas, o direito à memória e as relações históricas com os seus territórios de referência.

A Aedas conta com a equipe de Patrimônio, Cultura, Lazer e Esporte (PCLE) que trabalha no levantamento de informações técnicas a respeito dos danos a essas áreas. Nos últimos dois anos, duas consultorias especializadas foram contratadas para estudar os problemas causados em Brumadinho e nos municípios da região 2.

“Os resultados das pesquisas das consultorias serão divulgados de forma didática e interativa por meio de plataformas virtuais sobre as duas regiões”, informou Andreia Sol, supervisora de diagnóstico da Aedas em Brumadinho.

## O RIO COMO PATRIMÔNIO

“A destruição do rio para nós foi como a morte da nossa ancestralidade. O rio é o princípio, o meio e o fim de tudo, dos nossos fundamentos. Onde buscamos nossas energias. Com essa tamanha destruição ficamos totalmente feridos. As árvores, as nascentes, todo esse ciclo tão grandioso, tão elementar foi afetado. É difícil relatar a grandiosidade na qual nos afetaram”, relata Baba Marcílio, dos Povos e Comunidades de Tradição Religiosa Ancestral de Matriz Africana (PCTRAMA).

O relato de Baba Marcílio mostra que os rios também têm uma história. Eles fazem parte das relações políticas, econômicas

e culturais de um povo. “O rio Paraopeba é um patrimônio cultural, paisagístico, material, imaterial e sagrado para seus moradores. O rio expressa, sob vários olhares, o significado de patrimônio”, contou Alenice Baeta da região 2, supervisora de diagnóstico da Aedas na região 2.

“ Os rios fazem parte das relações políticas, econômicas e culturais



### DIREITO À CULTURA E AO PATRIMÔNIO CULTURAL

**Art. 215** - O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

**Art. 216** - § 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

### DIREITO AO TURISMO, ESPORTE E LAZER

**Art. 217**. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um [...]

**Art. 180**. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

#### Cultura e Patrimônio

- celebrações, festejos e costumes,
- modos típicos e tradicionais de trabalhar, modos típicos e tradicionais de se divertir, identidades culturais, artefatos, sítios históricos e arqueológicos.

#### Esporte e lazer

- atividades de divertimento, descanso e recreação.
- nadar, pescar, caminhar, correr, entre outras como treinos, campeonatos de futebol e outras competições.

#### Turismo

- festas,
- feiras,
- praças,
- diversão no rio,
- bares e restaurantes
- parques e museus.

Rio Paraopeba



**PARTICIPAR  
É LEGAL.  
ILEGAL É  
VIOLAR  
DIREITOS.**

**Art. 3º, inciso VIII da Lei nº 23795, de 15 de janeiro de 2021 (Minas Gerais, 2021)**

Garante o Direito a assessoria técnica independente, escolhida pelos atingidos por barragens e a ser custeada pelo empreendedor, para orientá-los no processo de reparação integral, nos termos do regulamento.